

ANDRÉ SANTOS DA ROCHA   

ARTÍCULO ORIGINAL

Práxis territorial em comunidades vulneráveis na periferia: a fome e o saneamento em perspectiva

Sugerencia de citación. Rocha, A. (2024). Práxis territorial em comunidades vulneráveis na periferia: a fome e o saneamento em perspectiva. *Perspectiva Geográfica*, 29(2), 1-13. <https://doi.org/10.19053/uptc.01233769.15907>

Resumo. A perpetuação da fome e dos problemas de saneamento básico são sentidos em diferentes esferas, repercutindo no aumento expressivo das quantidades de territórios vulneráveis. A busca por soluções capazes de superar as discrepâncias sociais são urgentes e necessitam de amplo apoio social e científico das Universidades. Neste sentido, o presente trabalho busca apresentar a concepção de *práxis* territorial, compreendendo-a como uma chave, enquadrada como parte da metodologia de pesquisa-ação. Apresentamos como conclusões que a construção agendas científica em uma *práxis* territorial, serve para promover ações de diagnósticos bem como instrumentalizar e emancipar grupos coletivos em ações de combate à erradicação da pobreza e suas dimensões associadas, como a fome e os problemas de saneamento. Assim, o presente texto compartilha iniciativa e experiências de pesquisa-ação localmente referenciadas na comunidade da favelinha localizada no Bairro Parque Analândia em São João de Meriti, Rio de Janeiro (Brasil).

Palavras-chave: *fome, práxis, pobreza, saneamento, territórios vulneráveis.*

1 Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ Programa de Pós-Graduação em Geografia. LAGEP – Laboratório de Geografia econômica, política e planejamento. asrgeo@gmail.com, asrgeo@ufrj.br. <https://orcid.org/0000-0003-0547-5550>

Praxis territorial en comunidades vulnerables de la periferia: el hambre y el saneamiento en perspectiva

Resumen. La perpetuación del hambre y los problemas de saneamiento básico se sienten en diferentes ámbitos, con repercusiones en el aumento expresivo de las cantidades de territorios vulnerables. La búsqueda de soluciones capaces de superar las discrepancias sociales es urgente y requiere un amplio apoyo social y científico de las universidades. En este sentido, el presente trabajo busca presentar la concepción de la praxis territorial, entendiéndola como una clave, enmarcada como parte de la metodología de investigación-acción. Presentamos como conclusiones que la construcción de agendas científicas en una praxis territorial sirve para promover acciones de diagnóstico, así como instrumentalizar y emancipar a grupos colectivos en acciones para combatir la erradicación de la pobreza y sus dimensiones asociadas, como el hambre y los problemas de saneamiento. Así, el presente texto comparte iniciativas y experiencias de investigación-acción referenciadas localmente en la comunidad de favelinha ubicada en el barrio Parque Analândia en São João de Meriti, Río de Janeiro (Brasil).

Palabras clave: *hambre, praxis, pobreza, saneamiento, territorios vulnerables.*

Territorial Praxis in Vulnerable Communities on The Periphery: Hunger and Sanitation in Perspective

Abstract. The perpetuation of hunger and basic sanitation problems are felt in different spheres, with repercussions in the expressive increase in the quantities of vulnerable territories. The search for solutions capable of overcoming social discrepancies is urgent and requires broad social and scientific support from universities. In this sense, the present work seeks to present the conception of territorial praxis, understanding it as a key, framed as part of the action research methodology. We present as conclusions that the construction of scientific agendas in a territorial praxis, serves to promote diagnostic actions as well as to instrumentalize and emancipate collective groups in actions to combat the eradication of poverty and its associated dimensions, such as hunger and sanitation problems. Thus, the present text shares initiative and experiences of action research locally referenced in the community of favelinha located in the Parque Analândia neighbourhood in São João de Meriti, Rio de Janeiro (Brazil).

Keywords: *hunger, praxis, poverty, sanitation, vulnerable territories.*

Introdução

No contexto da Globalização, que apresenta o dinheiro em seu estado puro (Santos, 1997), há uma necessidade crescente de deslocar a perspectiva de desenvolvimento tradicionalmente centrada apenas no crescimento econômico para pensar as questões sociais (Gringnoli, 2019).

Entendemos que isso requer uma dupla ruptura: a epistêmica marcada no campo das ciências para um paradigma emergente – abrindo espaço para perspectivas metodológicas ampliadas e diversificadas, sobretudo aquelas de caráter sistêmico e dialógico (Morin, 2006); e, [b] no campo da *práxis* Social – que exige nossa efetiva participação engajada com horizontes populares e contra hegemônicos (Saquet, 2022).

Há uma urgente necessidade de proposição efetiva sobre nossa realidade brasileira e latino-americana, em especial sobre o que chamaremos aqui de “Territórios Vulneráveis”, que são aqueles marcados por uma profunda materialização das desigualdades que provoca uma supressão de direitos básicos de existência, onde a fome, os problemas de acesso à moradia digna com vilipêndios ao acesso à água e redes de coleta de esgotamento sanitário, e problemas no acesso à educação de qualidade e a segurança pública, são algumas das características.

A pobreza é uma realidade que afeta milhões de pessoas. (“Entendendo a Pobreza: Conheça as Causas, Impactos e Possíveis Soluções”) Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, “em números absolutos, 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Outros 5,8 milhões passaram a viver em condições de extrema pobreza”¹. Esses dados refletem ausências de políticas que geram justiça e direito humanos, medidas de combate à pobreza e os reflexos da pandemia do coronavírus. Neste contexto, preci-

samos pensar os reflexos do agravamento da pobreza em diferentes territórios periféricos, que impactam nas condições de vida, existência e direitos na esfera da cidade.

O perfil da urbanização nas cidades brasileiras aponta para cidade bastante desiguais e vilipendiada de direitos (Santos, 2013; 2007). Há uma necessidade de destacar, que pensar os territórios vulneráveis no Brasil não estão restritos aos grandes centros urbanos. Esses são marcas de um país desigual, do “ornitorrinco brasileiro” (Oliveira, 2003) que reproduz os disparates do desenvolvimento em diferentes ambientes. Portanto, além das periferias urbanas, as áreas rurais e de transição rural-urbana também são espaços que apresentam inúmeros territórios vulneráveis.

Se tomarmos como referência um panorama nacional dados sobre a fome e do saneamento no Brasil, compreenderemos os graves problemas enfrentados por grande parte da população. Para se ter uma ideia:

“De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), **33 milhões de pessoas passam fome no país**. Aproximadamente **125 milhões de brasileiros convivem com algum nível de insegurança alimentar**. Destes, 15% não sabem o que vão comer amanhã”. (Barcelos, 2023 - *grifo nosso*)

Os processos relacionados à fome são múltiplos, mas é consenso que não se trata de privação sobre problemas relacionados a produção de alimentos, mas da reprodução de estruturas injustiças de venda, distribuição e armazenamento, que desenham uma verdadeira geopolítica da fome (Castro, 2001).

No mesmo diapasão, as questões relacionadas ao saneamento básico no Brasil revelam onde estão os territórios vulneráveis. Observando dados gerais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referentes ao ano de 2021, apenas 55,8% das pessoas no Brasil tinham acesso a coleta de esgota-

1 Para mais detalhes: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>

mento sanitário, o que equivalia à 117,3 milhões de pessoas. Porém as discrepâncias nacionais são enormes. Por exemplo, enquanto a região Sudeste o percentual de atendimento é 81,7%, nas regiões Nordeste e Norte é apenas de, respectivamente, 30,2% e 14%. Se pensarmos em uma dimensão mais local, as assimetrias também existem e criam grande discrepâncias e disparidades. Ao observarmos relatórios globais UNICEF/OMS, percebemos que as pessoas que mais sofrem com a falta de saneamento (acesso à água e ao esgotamento sanitário) residem em áreas rurais, periurbanas e periferias urbanas, e ainda quem mais sofre estão mulheres e pessoas com alto nível de vulnerabilidade (Rocha, 2022).

Refletir sobre os elementos sociais/políticos como a fome (Castro, 2001) e o saneamento (Loftus, 2020; Rocha, 2022b) são formas de interpretar os estudos sobre desigualdade (Piketty, 2022). A fome e o saneamento, embora pareçam temas não próximos, são indicadores de vulnerabilidade das populações, sobretudo quando observamos que essas populações são territorialmente e socialmente referenciada. Por isso, reque a urgência de estudos e ações que possam não apenas identificar tais problemas, mas também potencializar agentes sociais no processo de transformação. Isso visto dentro de uma *práxis*-territorial.

O presente texto se constitui como uma reflexão teórico analítico e um relato de experiências sobre a *práxis*-territorial, fruto de um processo de pesquisa-ação-participante (dentro das ações de extensão universitárias), que está em desenvolvimento e em construção contínua em um território de extrema vulnerabilidade social, conhecido como comunidade da “favelinha” no bairro Parque Analândia no município de São João de Meriti, na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil).

Em um primeiro momento vamos expor os elementos teóricos-metodológicos que guiam as práticas de pesquisa-ação-participante, que organiza a nossa prática, fundamentada numa *práxis*-territorial. Em um segundo momento, apresentaremos a “singulari-

dade” que tece o enredo das ações. Trata-se de uma caracterização e exposição do território vulnerável, visto como uma “singularidade” em meio a pobreza existente na periferia metropolitana, e de uma apresentação das ações e etapas em construção desta *práxis* territorial.

O que estamos entendendo como *práxis* territorial?

Aqui partimos da premissa que pensar o território permite socialmente referenciar o debate (Saquet, 2011; Raffestin, 1993). Ou seja, podemos transformar a ação em algo tangível. Isso porque território não é apenas um horizonte epistêmico, ele é ontológico (Escobar, 2015) ao ponto de poder se pensar do “território-corpo ao corpo-território” (Haesbaert, 2020). O território é uma experiência prática e existencial dos sujeitos e grupos sociais, que em suas jornadas estão a desenhar suas estratégias de apropriação (Raffestin, 2010).

Por isso, o nível de autonomia e hegemonia de um território construído, está associado ao perfil do ator que está sobre um determinado espaço construído suas relações (DI MÉO, 1998). Por isso, a fortaleza ou a vulnerabilidade de territórios está, também, associada a vulnerabilidade e fortaleza de sujeitos, agentes e atores que estão a forjar suas práticas, materiais ou simbólicas, num determinado espaço.

Quando pensamos então na classificação de um “território vulnerável” estamos remetendo diretamente as áreas que por uma série de atributos (sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais etc.) agrega elementos que materializam situações de extrema carência e vilipêndio de direitos, bem como abriga populações e grupos sociais altamente marginalizados, que no contexto de produção desigual reproduz as chagas das iniquidades econômicas e sociais do sistema capitalista de produção.

Apesar de vulneráveis, esses territórios não podem ser vistos como “impossíveis” ou estéreis. Onde há vida social há possibilidade. Como o território é

também uma dimensão ontológica da vida é também a esfera das possibilidades emancipatórias, que desenhem dimensão tangíveis das lutas sociais (Saquet, 2022)

Compreendemos que dimensão tangível está no campo da *Práxis* (antissistêmica). O campo da *práxis*, compreende fortalecer a sociedade (coletivos, movimentos sociais, ativismos etc.) com ações (instrumentalização para diagnósticos sobre sua realidade, fortalecimento pedagógico socialmente e territorialmente referenciados, cooperar na organização funcional destes grupos, dentre outras ações.) que servem para superar os problemas eminentes, e fortalecer tais movimentos na construção de resoluções de problemas variados.

É importante destacar que a noção de “*Práxis territorial*” que norteia essa pesquisa-ação-participativa tem como base a compreensão de um saber prático calçado no diálogo e na autonomia. Essa proposta é pensada por Marcos Aurélio Saquet (2019) ao trazer pedagogos como Paulo Freire e Orlando Fals Borda, que nos direcionam a pensar sistematicamente a dialogicidade, a autonomia e a solidariedade. São esses pilares práticos, ou “*práxis*”, nas etapas de pesquisa-ação em desenvolvimento.

Oportunamente, a construção destas ações perfaz repensar os laços, assimetrias e tensões entre as “quatro patas da sociedade” [Governo, universidade, ONG’s ou organizações sociais e as populações] (Bozzano, 2016). Compreende-se que no processo de luta e conquistas das melhorias das condições de vida está associada a ampla participação democrática e coletiva. Dentre os quatro entes citados por Horácio Bozzano, gostaríamos de destacar o papel das universidades como centros de produção de conhecimento e como elemento motivador da transformação das realidades que se desenham. Entendemos que seu papel vai além de uma prática fria de pesquisa que transforma sujeitos em objetos, mas de emancipar cidadãos a partir de um diálogo mútuo, social e territorialmente referenciado.

Outrossim, trata-se de uma perspectiva de revisão de nossa forma de produzir ciência. A necessidade de localizar e referenciar o debate pelo diálogo e pela autonomia é uma forma de pensar uma ciência da ação. Neste sentido:

a adoção do “**com**” e do “**junto**” transforma a percepção do pesquisador, permitindo que reconheça não apenas os sentidos destrutivos da ciência – este fruto tão marcante da modernidade – mas, também, as hibridações socialmente necessárias entre saberes e práticas sociais (Ribeiro, 2012, p.60 – **grifo nosso**)

Reiteramos que a universidade não pode se propor a uma relação hierárquica, mas numa relação horizontal e solidária, respeitando as práticas sociais dos sujeitos e instituições que estão presentes nos territórios. Precisamos construir ações com componentes que possibilitem “*práxis territoriais*” que permitam o combate à pobreza (a partir das melhorias das condições de vida) tomando como elemento a compreensão das características dos territórios vulneráveis. Porém, essas relações não devem se fazer por uma ação hierárquica, mas dialógica.

Concordamos com Moacir Gadotti (2017), quando expressa em Paulo Freire concepções fundantes no campo da “extensão universitária”² que acompanham e alimentam a execução da pesquisa-ação-participante dentro de uma *práxis*. Ele ressalta a importância de livros do Paulo Freire para pensar a extensão universitária: “o livro *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1974), focado na **categoria diálogo**, e o livro *Pedagogia da autonomia* (Freire, 1996), aprofundando a **noção de autonomia**.” (grifo nosso)³.

2 No Brasil a noção de extensão universitária é utilizada para designar as ações desenvolvida por pesquisadores, estudantes e grupos laboratoriais ligados à universidade que desenvolvem ações diretamente ou indiretamente para e com a população. Essas ações podem ir desde as práticas de prestação de serviços até a construção de perspectivas de autonomia das populações e povos envolvidos.

3 Texto disponível em https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf acesso 05 dez.2022

A perspectiva da autonomia, numa pesquisa-ação-participativa, está ancorada tanto para a equipe da universidade (formação dos discentes, professores e pesquisadores associados) como de membros das comunidades locais com papel protagonista frente a superação dos problemas que são acometidos nesta comunidade. Neste sentido, a proposta de ação nos territórios vulneráveis não pode se limitar a uma “simples doação de saberes” ou “fornecimento de conteúdos”, a autonomia está centrada na possibilidade de “saber-fazer”, “fazer com ou fazer junto”. Está no nível da “Co construção”, que é capaz de empoderar e revelar a força dos lugares (Santos, 2002), sobretudo porque é na construção da autonomia que podemos emponderar os “homens-lentos” (Santos, 1994; Ribeiro, 2012)

Neste sentido, as diferentes etapas de investigação para diagnósticos sociais (inventários, questionários, entrevistas) e de levantamento de informações da população local diretamente atendida necessitam ser pensadas juntamente com as comunidades. A utilização de uma cartografia social (Ascerald, 2008) e um mapeamento participativo são partes possíveis e potenciais para o diálogo e a construção da autonomia de sujeitos. Esse tipo de mapeamento possui “uma abordagem interativa baseada nos conhecimentos das populações locais permitindo aos participantes desse processo criar seus mapas representando os elementos mais significativos para essa população” (Araujo, Anjos, Rocha-Filho, 2017, p.129).

Assim, aplicativos e técnicas de cartográficas não serão apenas um exercício do técnico, mas uma promoção ampla de construção de uma “outra Globalização” com uma subversão das Geotecnologias para mapeamento colaborativo e participativo. Assim, mapas e gráficos que serão construídos, serão também frutos de um diálogo e trocas para compreender as condições sociais e territoriais da comunidade, bem como desenvolver as futuras ações juntos às comunidades.

A construção do diálogo, que deve fundamentar uma *práxis*-territorial, está associada às ações de reciprocidade e alinhamento com a comunidade local. Neste caso, mais do que identificar o local, é necessário criar instância de diálogo com os sujeitos e grupos que estão ali se organizando, vivendo, existindo ou mesmo sobrevivendo. Em nosso caso, pensamos nas amplas possibilidades (co)formativas da comunidade atendida (Comunidade da Favelinha – Bairro Parque Analândia em São João de Meriti) tendo como forte apoio a ONG – Instituto Há Esperança.

Na prática, essa construção democrática, como nos referenda Marcos Saquet (2022, p.75), requer um mergulho profundo sobre as “singularidades”, cabendo então a necessidade de ler com acuidade “os ritmos lentos, os vulneráveis, as redes curtas, as sinuosidades da cotidianidade popular (urbana e rural), os miseráveis e oprimidos”.

Encontrando uma singularidade – na periferia da Periferia e a busca de agendas emancipatórias

O aumento das desigualdades que afetam diferentes territórios tem reflexos diretos na Baixada Fluminense, região periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil). Essa área possui uma representação hegemônica centrada em aspectos da exclusão social, miséria, violências e marginalização social (Alves, 2003, Simões, 2007; 2012). Embora após os anos 2000 tenha experimentado avanços econômicos, com a chegada de um novo capital produtivo e dinamização de centros de negócios e serviços (Rocha, 2014), ainda abriga bolsões de extrema pobreza e parte considerável da população ainda vive em condições de extrema vulnerabilidade social. Grande parte dessas populações compõe as classes com rendimentos mais baixos e com problemas de acesso à coleta de esgoto sanitário.

QUADRO 1. percentual de domicílios com renda per capita de até ½ salário-mínimo e Percentual da população sem acesso à esgotamento sanitário na Baixada Fluminense

Município	População Total (Censo 2010) *	Percentual de domicílios com salário nominal mensal per capita de até ½ Salário-Mínimo (2010) *	Percentual da população sem acesso à coleta de esgotamento sanitário em (2020) **
Belford Roxo	469.332	39,30%	57%
Duque de Caxias	855.048	37,80%	63%
Guapimirim	51.483	37,20%	Sem dados
Itaguaí	109.091	37,10%	71%
Japeri	95.492	41,40%	Sem dados
Magé	227.322	38,20%	95%
Mesquita	168.376	36,50%	50%
Nilópolis	157.425	33,80%	50%
Nova Iguaçu	796.257	38,70%	46%
Paracambi	47.124	36,80%	31%
Queimados	137.962	39,10%	62%
São João de Meriti	458.673	35,40%	40%
Seropédica	78.186	37,40%	75%

FONTE: * IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); ** SNIS (Sistema nacional de Informação sobre Saneamento)

Como é possível perceber nos dados do quadro 1, nesta periferia metropolitana, em média as cidades apresentam mais de 33% de suas moradias marcadas por população com baixos rendimentos salariais. Há cidades em que essa camada empobrecida se aproxima de 40% do total da população, este é o caso de Belford Roxo (39,3%), Queimados (39,1%) e Japeri (41,4%).

A vulnerabilidade pode ser percebida no padrão de renda, como nos lembra Thomas Piketty (2022), pois ela não se trata apenas de uma quantia, ela implica muitas vezes nas condições de acesso que uma pessoa pode ter de consumo ou mesmo de garantir elementos básicos de sobrevivência. O fator renda pode ser ainda mais limitante a depender do contexto histórico-geográfico onde o indivíduo está inserido, em especial em nossa América Latina que marcada por uma agenda neoliberal. A ausência de políticas públicas que garantem elementos de sobrevivência e existência destas populações (educação, saúde, moradia digna, acesso à água e esgoto, segurança etc.) acabam por implicar nos custos de vida local. Os ser-

viços/direitos que deveriam ser disponibilizados às camadas mais empobrecidas acabam por serem custeados por essas mesmas populações. Isso tomar boa parte da renda das famílias, gerando um fator ainda mais agudo da pobreza. Não é à toa que Milton Santos (2007) em seu famoso livro o Espaço do Cidadão, reforça que “morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza”.

A situação é ainda mais dramática se observarmos os dados da população sem acesso à coleta de esgotamento sanitário, em uma média geral, é possível afirmar que mais da metade das populações destes municípios não possui o referido acesso, porém existem cidades que superam 70% de sua população sem acesso, são os casos de Itaguaí (71%), Seropédica (75%) e Magé (95%)⁴. A falta de acesso para a coleta de esgotamento aponta para um problema básico de infraestrutura urbana, que expõe milhares de

4 É importante destacar que os dados sobre acesso à coleta de esgotamento sanitário de fornecido por cada governo municipal ao SNIS. Há cidades que apresentam problemas no preenchimento da informação, como são os casos de Guapimirim e Japeri.

moradores a condições insalubres de existência. Isso compromete tanto elementos do ambiente quanto a própria saúde da população. Essa relação expõe a vulnerabilidades destes territórios que, comparativamente, são delimitados pelas acessibilidades de renda e suas condições de moradia, expondo as “ecologias políticas injustas” nas periferias (Loftus,2021; Rocha & Oliveira, 2020; Rocha, 2022b) e delimita com clareza os territórios vulneráveis.

Esses territórios vulneráveis, não são exceção à regra, são a materialização das injustiças espaciais que criam “zonas de limbo de direitos” com estigmas do grave empobrecimento urbano. Esse é o caso do território da comunidade da Favelinha (São João de Meriti). Esse território encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade pela falta de saneamento básico e ausência de serviços públicos para a garantia da vida [ver figura 1]

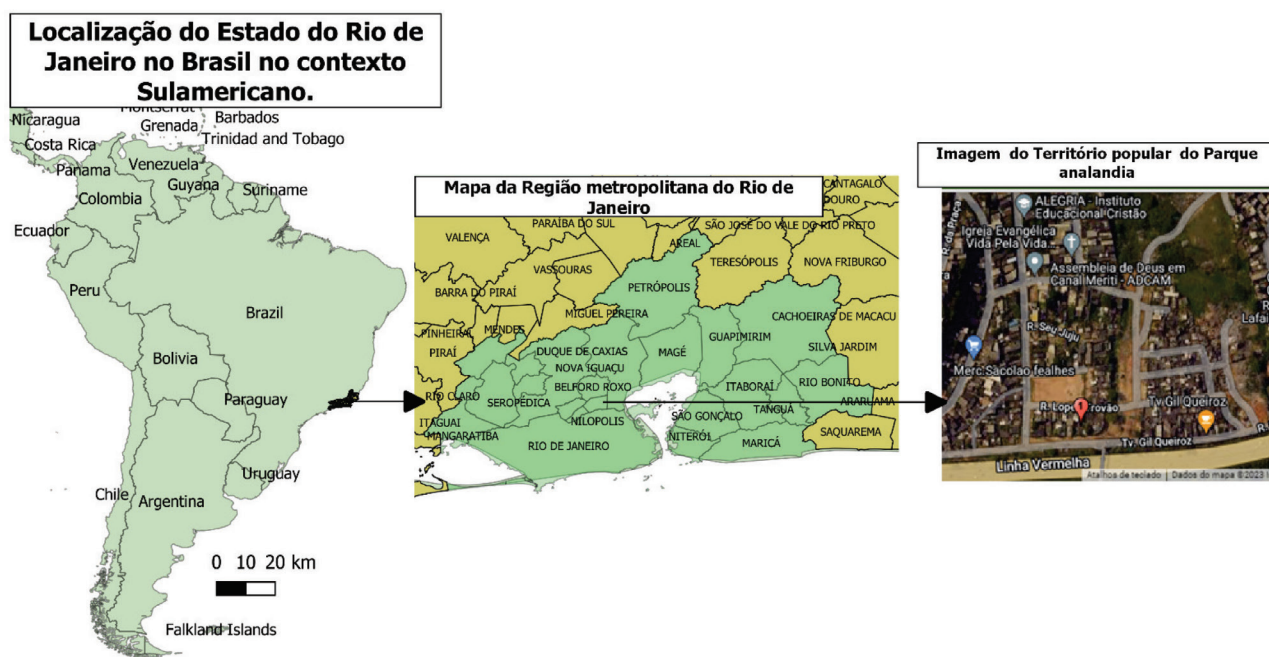


FIGURA 1. Área de Localização da “Comunidade da Favelinha” no Bairro Parque Analândia, situado em São João de Meriti na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Brasil).

FONTE: Elaboração própria. Instituto Há Esperança – Vicon Saga

O município onde está localizada a comunidade da Favelinha é São João de Meriti. Segundo o IBGE a população exposta à risco nesta cidade (enchentes, deslizamento e enxurradas) (2010) foi de 86.185, representa aproximadamente 18% da população total. A comunidade da Favelinha, está inserida neste perfil. Essa localidade é marcada por uma ocupação informal do território, com moradias em diferentes estágios de construção, mas em geral marcadas por

pouquíssima estrutura de engenharia. São moradias forjadas na autoconstrução, algumas feitas em alvenaria, porém, muitas casas são construídas com fragmentos de madeiras coletadas em ruas da cidade ou doados por terceiros. A área também é marcada por uma ausência na coleta de esgotamento sanitário, com esgotos que correm “à céu aberto” e passam entre as vielas, e algumas por dentro de casas. (ver figuras 3 e 4).



FIGURA 3. Perfil das habitações da população mais fragilizadas na comunidade da favelinha no Bairro Parque Analândia.

Foto do autor, 18/06/2022



FIGURA 4. Esgoto “à céu aberto” em viela da comunidade da favelinha no Bairro Parque Analândia.

Foto do autor, 8/04/2023

Essa condição vulnerável expõe a população local a inúmeros problemas e dias de chuvas, marcando o transbordamento de rios próximos inundando as casas e “barracos” da comunidade. Além disso, a comunidade é marcada com perfil majoritariamente de mulheres e crianças com baixo nível de escolaridade.

Segundo dados da amostragem do censo realizado pelo Instituto Há Esperança, realizando em abril de 2021⁵, os adultos, em sua maioria, estão em empregos informais ou desempregados o que coopera para a vulnerabilidade da saúde local, uma vez que famílias estarão mais dispostas a insegurança alimentar provocado por falta de recursos e aponta para um problema educacional, que força crianças ao abandono educacional para tentar prover sustento em suas casas. A Evasão escolar, a inserção de adolescentes na drogadição e gravidez na adolescência fazem parte da realidade na comunidade.

Um elemento que se destaca é a atividade dos “catadores de lixo”, alguns moradores construíram de modo rudimentar uma área de depósito de lixo, onde há separação de itens que podem ser aproveitados para reciclagem, e assim ser vendidos para produzir algum tipo de renda aos moradores associados a esse tipo de trabalho (ver figura 5)

A construção de ações coletivas que possam promover a superação de problemas sociais existentes neste território vulnerável se torna essencial. A produção acadêmica e científica baseada nos saberes e tecnológicos sobre os territórios pode auxiliar na elaboração de ações para combate ao analfabetismo e cooperar com erradicação da pobreza e melhoria das condições de vidas da população cooperando para o desenvolvimento em uma perspectiva territorial.

⁵ Os dados e informações destacadas aqui fez parte de um levantamento socioeconômico e educativo junto com o Instituto Há Esperança que foi organizado entre 2020 e 2021. O Instituto é uma ONG (organização não governamental) que atua na região desde 2013, com atenção especial a crianças da região com ações de combate ao analfabetismo funcional e na assistência básica às famílias da região no combate à fome.



FIGURA 5. Área de cata-lixo dentro da comunidade da favelinha.

Foto do autor, 18/06/2022

Para isso entendemos que se torna fundamental pensar e articular as “*quatro patas da sociedade*” (Bozzano, 2016), que, em suma, são os atores que organizam e animam o território. Em nossa *práxis*-territorial compreendemos como importantes atores/sujeitos: a UFRRJ – como representativo da Universidades e dos

saberes acadêmicos; o Instituto Há Esperança- como uma ONG que é territorialmente inserida e articulada no referido recorte geográfico; à população local – que são os sujeitos que vivem na comunidade da favelinha e, por fim, o Estado – que pode ser representado pelo governo Estadual e Municipal. (ver figura 6)

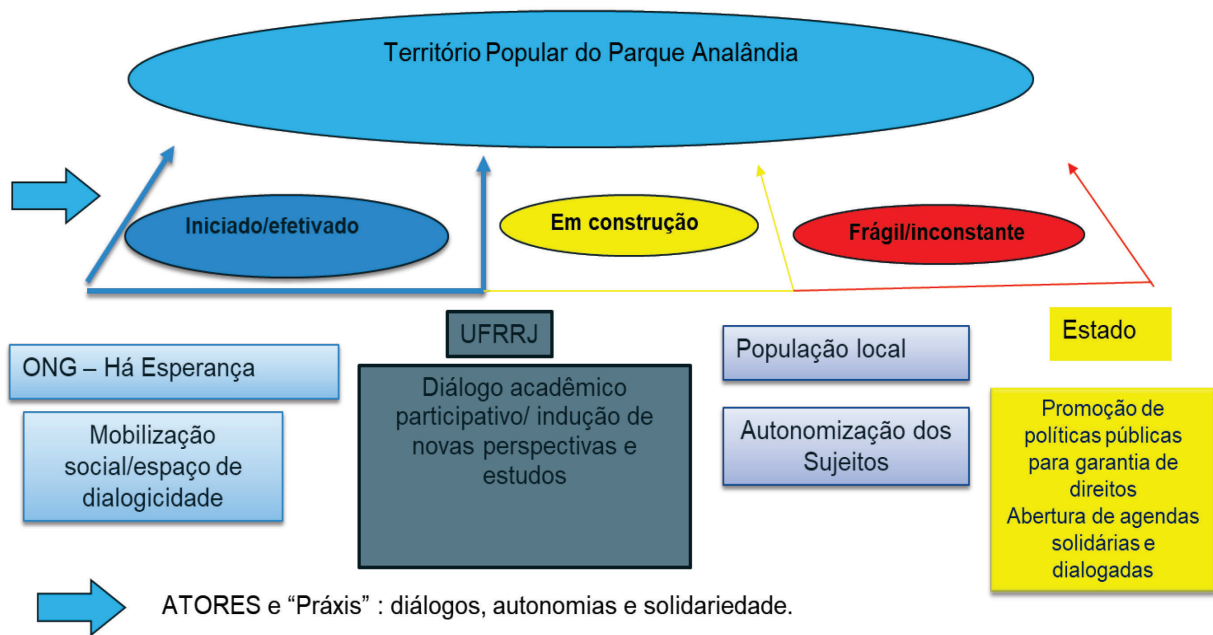


FIGURA 6. Diagrama da Situação atual da *Práxis*-territorial em construção na Comunidade da Favelinha, Bairro Parque Analândia.

Organizado pelo autor.

Neste sentido, foi iniciada uma prática de extensão universitária envolvendo a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que teve com ponto de partida a conexão com um ator importante neste território vulnerável. Assim a parceria com o Instituto Há Esperança é de grande importância. Este não é visto aqui não apenas como um ator, mas um “nó”, capaz de ser um espaço de mobilização e dialogicidade para as práticas de pesquisa-ação-participante para ações na comunidade da favelinha em São João de Meriti.

Tendo o diálogo como um pilar para construção de uma *práxis*-territorial, compreendemos que as trocas entre pesquisadores universitários (docentes e discentes) e o Instituto Há Esperança é fundamental, pois ele é um ente mediador entre a universidade e a população local. Na execução da condução desta *práxis*, esse diálogo é considerado iniciado e efetivado, pois tem avançado para duas ações que buscam construir laços e ampliar cooperação e relações, em especial com os atores/sujeitos locais e o Estado.

A primeira, está voltada desenvolvimento de ferramentas para diagnóstico territorial/local para promoção de melhorias de vida da comunidade – isso envolverá o mapeamento participativo contando com ajuda da população local. Aqui busca-se essa a identificação de problemas existentes utilizando ferramentas como os mapas mentais elaborados pelas crianças da comunidade, e o uso de aplicativos de mapeamento como *Vicon Saga*⁶ em conjunto de adultos e jovens da comunidade da favelinha. Esse mapeamento tem como meta promover uma síntese, que apresente soluções ou petições juntos aos órgãos públicos, que

possam resolver problemas relativos à ocupação deste território que está em constante litígio⁷.

A segunda, está associada a promoção de oficinas e materiais didáticos que possam auxiliar no combate ao analfabetismo funcional para crianças e jovens da comunidade e dinamização de ações que possam promover a acessibilidade de renda – aqui pensamos esse elemento como uma chave de promoção de renda, inserção de jovens no mercado de trabalho ou mesmo dinamização e cooperação nas melhorias de articulações de grupos que trabalham com coleta seletiva de lixo. Essas ações são diretamente ligadas ao combate a fome na localidade, no sentido que a geração de renda está ancorada na possibilidade de aquisição de alimentos. Outrossim, compreende-se que a autonomia está ancorando a *práxis*, por buscar não apenas articular política ou medidas de assistencialismo, mas de promoção de consciência sobre seu território, condições de existência e construção de novas agendas a partir da ótica destes homens-lentos.

Considerações finais

O desafio para superar problemas sociais como a fome e a falta de acesso ao saneamento básico está ancorado tanto em buscar mecanismos que superem um modelo de Estado mínimo (Estado neoliberal) quanto na busca de fortalecer as populações locais e organizações sociais (coletivos) de modo autônomo e dialógico, que permitam a construção de *práxis* (antissistêmica).

O avanço de uma globalização excludente, que corrói o território e laços de solidariedade, deve ser reafirmado a partir da emergência de agendas pautadas em modelos cooperativos e participativos. Como nos lembra Thomas Piketty (2022) a busca de soluções para

6 O Vicon saga é um software utilizado para inteligência territorial e mapeamento de uso amplo e gratuito. Esse aplicativo é utilizado amplamente no Brasil em diferentes ocasiões e teve como um dos desenvolvedores prof. Tiago Marino, que pertence aos quadros da UFRRJ. Para maiores informações recomendamos ver <https://viconsaga.com.br/site/home>

7 É importante destacar que parte da comunidade da favelinha está localizada em um terreno pertencente a empresa Light (empresa de fornecimento de energia) que atua na região. Outrossim, o fato deste bairro ser considerado limite entre dois municípios São João de Meriti e Duque de Caxias amplia a omissão dos governantes frente aos problemas da região, tendo com argumento a “não responsabilidade” sobre aquele território.

superação das desigualdades é fruto da uma luta social e histórica e devem permanecer como utopias que nos movem em teoria e prática. Por isso, o fomento de práticas de participação comunitárias de autoidentificação dos problemas, na instrumentalização de ferramentas acadêmicas e científicas, e nas trocas de saberes e dos conhecimentos sobre o território, é uma forma de empoderar e emancipar populações vulneráveis.

Reconhecer a existência de territórios vulneráveis de ir para além de coeficiente de números ou indicadores. Pensamos que esse reconhecimento deve privilegiar a identificação de pessoas e sua dignidade, por serem, em primeiro lugar, seres humanos. Daí a importância de uma pesquisa-ação-participativa que constrói junto: onde os sujeitos deixam de ser coisas e passam a ser pessoas. O empoderamento e a emancipação de populações vilipendiadas se constrói coletivamente. Participando da identificação dos problemas existentes e cooperando para novas ecologias políticas destes territórios. Neste sentido, compreendemos o papel primordial destas trocas entre a universidades e demais atores sociais na superação da inação ou alienação, para que de fato possamos construir as “autonomias” tão apontadas por Fals Borda e Paulo Freire.

Por isso, percebemos a importância de fomentar novas experiências de diálogo entre os atores/sujeitos com a comunidade (população local), o terceiro setor e a universidade e o Estado(governantes) na construção de agendas solidárias para territórios em vulnerabilidade social, que sejam capazes de impactar elementos para o desenvolvimento territorial.

Conflictos de interés. El autor no tiene conflictos de interés en la escritura o publicación de este artículo.

Financiación. UFRRJ – Edital BIEXT, FAPERJ e CAPES

Implicaciones éticas. Al tratarse de una revisión, el presente artículo no tiene implicaciones éticas.

Contribución. *André Santos da Rocha*: conceptualización, curaduría de datos, análisis formal, adquisición de recursos, investigación, metodología, administración del proyecto, recursos, *software*, supervisión, vali-

dación, visualización, escritura (borrador original), escritura (revisión del borrador y revisión/corrección).

Referências

- Alves, J. C. (2003). *Dos barões ao extermínio*. APH CLIO.
- Araújo, F. E., Anjos, R. S., & Rocha-Filho, G. B. (2018). Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações. *Boletim de Geografia*, 35(2), 128-140. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i2.31673>
- Ascerald H. (2008). *Cartografias Sociais e Território*. Editora do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).
- Barcelos, K. (2023, 18 jan). *Brasil volta ao mapa da fome: como solucionar a questão? Veja Rio*. <https://vejario.abril.com.br/cidade/brasil-mapa-fome-solucao/>
- Bozzano, H. (2013). Geografia e inteligencia territorial. *Geográfica Digital*, 10(19), 1–24. <https://doi.org/10.30972/geo.10192215>
- Castro, J. (2001). *Geografia da fome*. Civilização Brasileira.
- Di Méo, G. (1998). *Géographie sociale et territoires*, Nathan.
- Escobar, A. (2015). Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. *Cuadernos De antropología Social*, (41), 25-37. <https://doi.org/10.34096/cas.i41.1594>
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra,
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2017). *Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire*. https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf Acessado em 15 de jun 2023.
- Gringnoli, D. (2019). *La co-creazione dello sviluppo locale*. In: *Bortoletto, N. & Gringnoli, D.(org). Dal locale al globale e ritorno* (pp.25-38). FrancoAngeli.
- Harvey, D. (2009) *Social justice and city*. University Of Georgia Press.
- Haesbaert, R. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 22(48),75-90. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>
- Loftus, A. J. (2021). (In) segurança hídrica: Garantindo O Direito à água. *GEOSP Espaço E Tempo (Online)* 25(2):e-182666. **HYPERLINK** “<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182666>”**Https://Doi.Org/10.11606/Issn.2179-0892.Geosp.2021.182666**.

- Piketty, T. (2022). *Uma Breve História da Igualdade*. Intrínseca.
- Morin, E. (2006). *A Cabeça bem-feita* – Repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand Brasil.
- Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista*. Boitempo.
- Raffestin, C. (2010) Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In Pereira, S.P., Costa, B.P., & Souza, E.B.C (org's). *Teoria e práticas territoriais* (p.13-23). Expressão Popular,
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Ática.
- Ribeiro, A.C. (2012). Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Redobra*, 9, 58-71.
- Rocha, A S.(2014). *As representações ideais de um território” - dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990*. [Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ].
- Rocha, A S. (2022). A debate on access to basic sanitation in urban peripherals in the global south: a territorial reading from the cities inserted in the Guandu Basin [Rio de Janeiro] Brazil. *Careers*, 3, 5-15.
- Rocha, A. (2022b). Desigualdades territoriais no acesso à água e esgoto nas periferias da Metrópole: O caso da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu - RJ. *Geografias*, 2(34), 70–93. <https://doi.org/10.47456/geo.v1i34.38741>
- Rocha, A. S. & Oliveira, L.D. (2020). Para una ecología política del agua: análisis de la periferia metropolitana de Río de Janeiro (Brasil). *Geography Notebooks*, 3(2), 111-125, 2020. <https://doi.org/10.7358/gn-2020-002-rool>
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo*. Hucitec.
- Santos, M. (1997). *Por uma Outra Globalização*. Record.
- Santos, M. (2002). *A natureza do Espaço*. Hucitec,
- Santos, M.(2013) *Urbanização Brasileira*. Edusp.
- Santos, M. (2007). *O espaço do Cidadão*. Edusp.
- Saquet, M. A. (2011). *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial*. Outras Expressões.
- Saquet, M. A. (2019). *Saber Popular, Práxis Territorial e Contra Hegemonia*. Consequência.
- Saquet, M. A. (2022). *Singularidades: Um manifesto a favor de uma ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. Consequência.
- Simões, M. R. (2012) *Baixada Fluminense, Sociedade e Natureza*. Entorno.
- Simões, M. R. (2007.) *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Entorno.